http://dx.doi.org/10.5902/2357797588678

InterAção

V. 15, N. 4,
out. / dez. 2024

ARTIGOS

Fernando José Ludwig [I]

Allana Maria Silveira Rodrigues [II]

Pablo Taube de Amorim [III]

Securitização e dessecuritização da folha de coca na Amazônia Andina: as Nações Unidas (ONU) na Bolívia

Securitization and desecuritization of coca leaves in the Andean Amazon: the United Nations (UN) in Bolivia

RESUMO:

Este artigo explora o processo de securitização e dessecuritização da folha de coca na Amazônia boliviana, com foco na atuação da ONU, em particular do UNODC. A pesquisa analisa como a folha de coca, profundamente enraizada na cultura andina, foi transformada em uma questão de segurança internacional devido à sua associação com a produção de cocaína. O artigo utiliza a teoria da securitização da Escola de Copenhague para entender como a ONU posicionou a folha de coca como uma ameaça e as implicações disso para os países andinos. A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica e um estudo de caso da Bolívia, com análise qualitativa de conteúdo. Os resultados indicam que, embora a folha de coca tenha sido historicamente securitizada, o monitoramento realizado pelo UNODC tem contribuído para a dessecuritização, ao fornecer dados que desconstroem sua imagem como uma ameaça global. O estudo conclui que, apesar dos avanços, o processo de dessecuritização ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no contexto do tráfico de drogas na América do Sul.

Palavras-chave: Securitização; Dessecuritização; Folha de coca; UNODC; Amazônia boliviana

ABSTRACT:

This article explores the process of securitization and desecuritization of coca leaves in the Bolivian Amazon, focusing on the role of the UN, particularly the UNODC. The research analyzes how coca leaves, deeply rooted in Andean culture, were transformed into an international security issue due to their association with cocaine production. The article employs the securitization theory from the Copenhagen School to understand how the UN positioned coca leaves as a threat and the implications of this for Andean countries. The methodology includes a literature review and a case study of Bolivia, with a qualitative content analysis. The results indicate that while coca leaves have historically been securitized, the monitoring conducted by UNODC has contributed to their desecuritization by providing data that deconstructs their image as a global threat. The study concludes that despite progress, the desecuritization process still faces significant challenges, particularly in the context of drug trafficking in South America.

Keywords: Securitization; Desecuritization; Coca leaf; UNODC; Bolivian Amazon

[I] Doutor em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Professor, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil.
fernandoludwig@uft.edu.br, https://orcid.org/0000-0002-3365-9181

[II] Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil.
allana.silveira@mail.uft.edu.br, https://orcid.org/0009-0002-8611-5695

[II] Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, TO, Brasil.
pablo.taaube@gmail.com, https://orcid.org/0009-0003-7302-6404

ISSN 2357-7975

INTRODUÇÃO

Devido à antiguidade do arbusto da coca, observa-se sua ligação com os povos ancestrais, demonstrando o enraizamento cultural que a planta tem com os povos andinos. Waisbard (1974) a chama, inclusive, de ouro verde dos Andes, tendo em vista seu valor para os países da região e também às mitologias que a cercam, enriquecendo ainda mais a cultura dessa sociedade. No entanto, em 1860, Albert Niemann descobre o composto da cocaína. O "alcaloide milagroso" como era chamado na época, começou a ter espaço no cenário internacional devido aos diversos estudos realizados acerca do seu composto, e países como Inglaterra, França e Estados Unidos demonstraram animação com seu uso, principalmente no meio médico (GOOTENBERG, 2010).

Dito isso, foram cerca de 30 anos do surgimento da cocaína, seu auge e seu declínio. Gootenberg (2010) sugere que em 1890 o produto já não possuía mais o enfoque que havia tido nos anos anteriores, e passa a ser considerado como droga devido aos seus efeitos ociosos para com o ser humano. Em consequência disso, surgem as primeiras regulamentações acerca do químico e, em inferência, da folha de coca também, como observa Barreto (2013).[1]

Nesse viés, em 1912 ocorreu a Convenção de Haia, criada para controlar a produção da cocaína, ópio, morfina e heroína. Dois anos depois, surge nos EUA a Lei Harrison, determinando as questões de produção do alcaloide e da folha de coca no país. Além disso, vale ressaltar que esse esquema proibicionista dos EUA se baseou em relatórios emitidos pela Liga das Nações, com boletins publicados pelos hegemônicos (GOOTENBERG, 2003).

Outrossim, as proibições se deram também no entorno do arbusto da coca, que foi classificado como narcótico, como observa-se no item 1 do 26° artigo da Convenção da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre Entorpecentes, em 1961. Ou seja, observa-se que a folha de coca não foi separada da cocaína e foi taxada como droga apesar de seu uso não se restringir apenas ao alcaloide. A folha de coca é milenar e utilizada por povos originários andinos em seus rituais e em sua cultura, sendo compartilhada muito antes da criação do químico, como dito anteriormente. Ademais, as legislações acerca da planta trazem consequências aos países que dependem dela, pois, como supracitado, é uma planta mestra, ancestral e originária, de países que compõem a Amazônia Andina. Estes, como por exemplo a Bolívia, sofrem com as ações proibicionistas devido ao fato de não enxergarem a planta do mesmo modo que o SI enxerga.

Nesse ínterim, com as proibições, o crescente aumento da comercialização ilegal e das redes de tráfico chamaram - e ainda chamam - a atenção do cenário internacional, tornando a folha

ISSN 2357-7975

de coca uma questão de segurança. Ainda, as diversas tentativas de criminalização e de demonstrarem a coca como uma ameaça ao sistema internacional por meio de regulamentos, atos de fala, propagandas, entre outros, mostra que a situação excede o politizado, demonstrando uma questão de securitização.

Contudo, com o surgimento do *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC) e seus crescentes relatórios anuais no acompanhamento das plantações de coca, bem como a desmistificação do uso da planta originária, a presente pesquisa tem como pergunta de partida: até que ponto o monitoramento da folha de coca pelo UNODOC influencia no seu processo de dessecuritização na Amazônia boliviana? Dito isso, acrescenta-se que o tema é relevante para as Relações Internacionais, uma vez que seu debate tem como objetivo contribuir com as pesquisas acerca de segurança internacional, envolvendo a Amazônia Andina e sua cultura. Além de que, o trabalho anual do UNODC também demonstra a importância do tema, onde encontra-se um tópico somente para o monitoramento do plantio da coca na Bolívia. O debate é importante para as questões das RI, uma vez que esteja inserido em seu debate os povos, as nações e sua interseção.

Para contribuir no desenvolvimento da pesquisa, que é de origem exploratória, a análise de conteúdo empregada será a qualitativa, que consiste na anotação de conteúdo a partir da leitura de textos e demais materiais (PINTO, 2023). Além do mais, utilizará para coleta de dados as fontes primárias, através da metodologia de revisão bibliográfica. Ainda, para complementar o trabalho, tem -se um estudo de caso, na região da Bolívia.

Tratando-se da estruturação, o trabalho organiza-se em introdução, três capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo aborda as questões sobre os Estudos de Segurança Internacional e Securitização, teoria trazida pela Escola de Copenhague (EC) nos anos 90. Essa teoria em si, reflete, nas Relações Internacionais, o debate teórico de seu tempo, pois leva em consideração novos fatores, tais como o papel da agência, identidade e percepções (MOTTA, 2018).

ENTRE A SECURITIZAÇÃO E A DESSECURITIZAÇÃO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Quando se fala de securitização, se faz necessário compreender de onde surgem os Estudos de Segurança Internacional. De acordo com Buzan *et. al.* (2012), eles emergem a partir dos debates sobre a proteção do Estado contra ameaças externas e internas após a Segunda Grande Guerra, porém, até os dias atuais não existe um manual único do que sejam os Estudos de Segurança Internacio-

ISSN 2357-7975

nal (ESI), justamente por não existir uma definição exata do que significa segurança (BUZAN *et. al.*, 2012).

A segurança internacional passou por algumas fases ao longo das décadas, como Freedman (1998) observa. Por exemplo, nas décadas de 1950 e 1960, tem-se a chamada "Era de Ouro", no início da Guerra Fria, Neste período de destaque dos estudos "estratégicos", os governos ocidentais identificaram nas instituições acadêmicas fontes de inovação conceitual, pesquisa substancial, sugestões pragmáticas e, por fim, potenciais candidatos voluntários para os quadros administrativos.

Já na década de 70, a fase *détente* da Guerra Fria, foi marcada pela crise econômica norte-americana. Duque (2009) comenta que as crises do petróleo fizeram com que os estudiosos de segurança acrescentassem a economia internacional em seu conceito. Ou seja, o globo enxergou, pela primeira vez, esse setor como uma fonte de insegurança também, e não somente o viés tradicional que a academia estava acostumada.

Após isso, Duque (2009) advoga que com o declínio da Guerra Fria, a produção de conteúdo neorealista perde sua hegemonia, pois não consegue mais sustentar os "fenômenos da política internacional", como a queda da União Soviética, por exemplo. É nesse viés que o liberalismo tem seu avanço teórico no campo das Relações Internacionais.

Ademais, em consonância com Buzan e Hansen (2012), existem quatro questões que estruturam os ESI. A primeira questão tem o Estado como ente a ser seguro, com foco na segurança nacional, e, por mais que houvesse a segurança internacional, ela não dava lugar às questões da humanidade ou do indivíduo. O Estado, nessa primeira questão, não é substituível (BUZAN; HANSEN, 2012).

A segunda questão da estrutura dos ESI aborda as ameaças internas e externas, principalmente nas questões territoriais, envolvendo a soberania dos Estados. Isso se deu pelo fato de que as ameaças pelas grandes potências da época, com ideologias distintas, se tornaram reais. Os autores citam que quando isso aconteceu:

> "o conceito de "segurança internacional" veio para acompanhar, mas não substituir, "segurança nacional" e, por fim, teve influência ao dar o nome à disciplina, daí Estudos de Segurança Internacional em vez de Nacional" (BUZAN; HANSEN, 2012 p. 38)

Em sequência, o terceiro ponto trata da segurança além do viés militar e dos meios de uso da força. Com isso, outros setores mais abrangentes surgem como fatores importantes quando se fala em segurança. Estes, por sua vez, são ditos por Buzan e Hansen como "aspectos sociais, econômi-

ISSN 2357-7975

cos, ambientais, de saúde, desenvolvimento e gênero" (BUZAN, HANSEN, 2012 p. 39).

Por fim, o quarto tópico para a estruturação dos Estudos de Segurança Internacional considera a segurança intimamente conectada entre ameaça, perigo e urgência, de modo que um assunto não pode ser separado do outro. A segurança era sobre extremidades, e os autores citam a Guerra Fria como exemplo disso:

> "Durante a Guerra Fria, isto soava basicamente como senso comum para as principais correntes de ESI: a União Soviética constituía uma clara ameaça, e as armas nucleares se justificavam como forma de deter um primeiro ataque soviético" (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 39).

Dentro desse sentido de ameaças, urgências e extremidades, coloca-se o processo de securitização como uma das principais contribuições do *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), surgido em 1985. Essa escola combina uma diversidade de perspectivas e interesses no campo das Relações Internacionais, demonstrando uma abordagem híbrida que não se restringe estritamente ao pós-positivismo. Essa abordagem visa abordar os novos desafios de forma a promover mudanças substanciais para além das concepções tradicionais, no que concerne aos estudos de segurança (GUZZINI, JUNG; 2004).

Com isso, observa-se que a abordagem convencional nos estudos de segurança concentra-se principalmente no setor militar, e no papel predominante do Estado como ator central - além das interações diretas relacionadas ao uso da força. Já o novo modelo proposto pelos autores, engloba uma variedade de setores, ameaças, atores e elementos de referência. (BUZAN *et. al.*, 1998). Isso se confirma quando Mesquita (2022) comenta sobre a nova configuração dos quesitos de segurança nos ESI:

> "Nesse alargamento da agenda de segurança, apesar da manutenção da centralidade estatal e da importância fundamental do setor de segurança, o Estado deixa de ser observado como ator exclusivo do sistema internacional, bem como deixa ser observado como a única ameaça a impactar as relações internacionais." (MESQUITA, 2022, p. 42)

Nesse sentido, uma das principais marcas da nova abordagem trazida por Buzan, Waever e Wilde (1998) é a do ato de fala como sinalizador e potencial criador de uma ameaça:

> "No caso da segurança, a análise textual sugere que algo é designado como um problema de segurança internacional porque se pode argumentar que esta questão é mais importante do que outras questões e por isto deveria ter prioridade absoluta. Esta é a razão pela qual se vincula a questão com o que pode parecer um

ISSN 2357-7975

> critério bastante exigente: a questão é apresentada como uma ameaça existencial" (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 24; tradução livre).

Estes, por sua vez, demonstram que a securitização é um processo, que ocorre em três estágios, sendo categorizados como: i) não politizado; nesta fase, o tema ou objeto não é considerado uma questão de segurança. É apenas uma parte normal da política ou da sociedade, sem ser visto como uma ameaça iminente; ii) politizado; já nesta fase, o tema começa a ser discutido no contexto político. Pode haver debates e argumentos sobre sua importância, mas ainda não é considerado uma ameaça direta à segurança.

Por fim, tem-se a fase iii) securitizado; nela, o objeto é elevado ao status de uma ameaça à segurança. É percebido como uma ameaça séria e imediata que requer ações extraordinárias para lidar com ela. Geralmente, isso envolve a mobilização de recursos e políticas especiais para enfrentar a suposta ameaça. Todavia, se diz potencial, pois, para um determinado objeto ser efetivamente securitizado, além do ato de fala, é necessária a aceitação por parte da audiência para a sua concretização como ameaça.

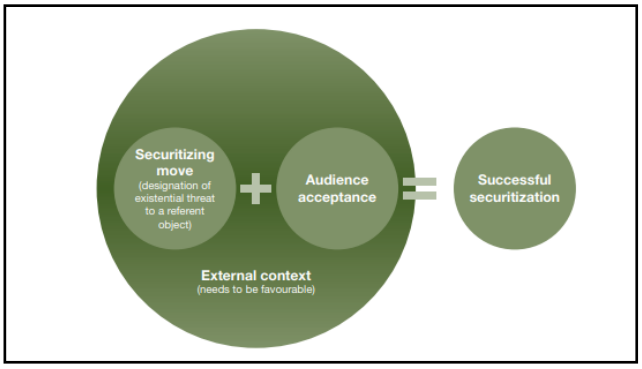
Ou seja, mesmo se alguém diz que algo é uma ameaça à segurança (por meio de discursos), isso por si só não é suficiente para que seja verdadeiramente considerado uma ameaça. É crucial que as pessoas que recebem essa declaração, ou seja, a audiência, também concordem e percebam a situação da mesma forma. Em resumo, para que algo seja genuinamente tratado como uma ameaça, não é o bastante apenas alguém afirmar isso; a audiência precisa compartilhar dessa perspectiva.

Ou seja, em consonância com Silva (*et. al.*, 2019), o sucesso da securitização de um tema depende:

> (1) Da análise dos discursos de securitização e da recepção da audiência;
> (2) Da identificação do agente securitizador, justificando-se os motivos pelos quais o estudo empírico identificou esse agente como responsável pelo movimento de securitização analisado;
> (3) Da análise das medidas emergenciais adotadas para lidar com as ameaças existenciais e sua respectiva legitimação por parte da audiência.

Para expor melhor a estrutura trazida por Silva *et. al.* (2019), usa-se a imagem da Figura 1.

Figura 1 – Uma securitização de sucesso



Fonte: Williams, p. 103 (2018)

ISSN 2357-7975

A evolução do tema de um estágio ao outro dependerá da capacidade do agente securitizador de convencer determinada audiência. Para isso, ele depende do uso de linguagem apropriada e das condições estabelecidas pelo contexto social. Na imagem acima, pode-se observar um processo de securitização bem-sucedido. Contudo, esse processo pode ser desfeito. É nesse sentido reverso da securitização que entra a dessecuritização.

Isso é observado na própria etimologia da palavra, onde o prefixo "des" demonstra o sentido contrário da palavra que está afixado. Por isso, para dar continuidade a pesquisa com coerência também à estrutura apresentada, é de grande importância a continuidade nos estudos acerca da conceitualização dos termos. Sendo assim, a próxima seção trata sobre a questão da dessecuritização como contraponto da securitização.

Em contrapartida, de acordo com Coskun (2008), a dessecuritização é vista pela Escola de Copenhague como o oposto do processo de securitização, que é desencadeado por meio de discursos. Isso implica que os mesmos elementos envolvidos no processo de securitização (como o agente que declara algo como uma ameaça de segurança, o público envolvido, o ato verbal em si e as condições que tornam isso possível) devem ser considerados na análise do processo de dessecuritização.

Por mais que o conceito tenha sido trazido pelos teóricos da Escola de Copenhague, González-Marín (2017) cita que autores como Oelsner (2005) e Coskun (2011) se esforçaram para expandi-lo, tornando-o aplicável em estudos de caso específicos. A autora ainda comenta que Coskun extraiu os elementos essenciais para a análise da dessecuritização, adaptando os mesmos componentes da securitização, mas com modificações que se referem à direção oposta do processo, como se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1 – Comparação entre securitização e dessecuritização

	Componentes	**Condições facilitadoras**
Securitização	- Ato de fala securitizador - Ator securitizador (AS) - Audiência	- Gramática de segurança - Condições: autoridade do AS em relação ao público -Contexto (condições que facilitam a securitização)
Dessecuritização	- Linguagem dessecuritizadora - Ator dessecuritizador (AD) - Audiência	- A mudança na linguagem utilizada para definir a emissão anteriormente securitizada - Condições: posição de autoridade do AD em relação ao público - Contexto (condições que demonstram a necessidade de uma dessecuritização)

Fonte: González-Marín, p. 15; adaptado pelos autores (2017)

ISSN 2357-7975

Ou seja, percebe-se, com a tabela de comparação, que securitização e dessecuritização são processos contrários, porém intrínsecos. Em consonância com Oelsner (2005), a finalidade da dessecuritização consiste em atingir um estado em que o tópico em consideração cesse de ser concebido como uma ameaça, e, portanto, deixe de ser caracterizado mediante uma abordagem securitária.

Seguindo ainda o raciocínio, Oelsner (2005) estabelece duas maneiras para perceber a linguagem de segurança na compreensão da dessecuritização:

> (1) A perda da imagem ameaçadora;
> (2) Mudança na relação entre o que era visto como ameaçador.

A primeira questão se refere ao fato de que o agente e o público observam transformações na natureza da ameaça que a despojam de seu caráter intimidador. Já a segunda, percebe uma comutação qualitativa na percepção de ameaça, de modo que a confiança no fato de que o objeto não mais apresenta um perigo para os atores (OELSNER, 2005).

Outrossim, a Escola de Copenhague não assume, de modo explícito, quem são os atores ou os agentes dessecuritizadores. Todavia, Oelsner sugere que é possível que esses atores sejam *policy makers* e as elites sociais e econômicas. Estes, tentam convencer o público (audiência) sobre as novas interpretações sobre o objeto então securitizado.

Nesse sentido, Coskun (2008) acrescenta que os mesmos agentes, que anteriormente defendiam a securitização, podem agora encorajar o processo de dessecuritização através da renegociação com o público relevante, bem como com outros atores também. Ou seja, os mesmos atores que anteriormente enfatizavam a importância de tratar o tema como uma questão de segurança, agora estão promovendo a dessecuritização.

Portanto, isso significa que estão buscando formas de abordar a questão de maneira menos militarizada, buscando soluções que envolvam negociação e cooperação com o público relevante e os demais agentes que estão envolvidos.

Para compreender como os conceitos supracitados se encaixam no objeto de estudo, se faz necessário entender o processo de colocação da folha de coca como uma ameaça perante o sistema internacional. Como citado na introdução deste trabalho, a folha de coca é milenar, tendo uma grande importância nas regiões da qual provém, sendo essas regiões os países andinos da América-Latina.

Nesse viés, os autores da Escola de Copenhague tratam das ameaças existenciais como papel decisivo do agente securitizador. Para eles, o objeto é designado como um problema de segurança internacional na medida em que um agente securitizador argumenta sobre a necessidade de se tratar determinado tema como uma ameaça

ISSN 2357-7975

(SILVA *et. al.*, 2019). Ou seja, os agentes securitizadores definem o que é – ou deixa de ser – uma ameaça.

Todavia o agente é o ator capaz de demonstrar que determinado tema precisa ser reconhecido pelo público como uma ameaça existencial. Estes atores podem ser: o Estado; organizações; indivíduos; grupos (transnacionais e sociais). Logo, percebe-se que existe um processo de securitização no que diz respeito à folha de coca, bem como sua caracterização como ameaça no cenário internacional. Isso pode ser analisado e compreendido através do esquema proposto pelos autores na teoria, pois, conforme o Quadro 2, temos:

Quadro 2 — Observação do processo de securitização da coca

Condições para securitização	**Ações tomadas para lidar com a questão securitizada**
O contexto estava favorável para a criação de uma ameaça	Medidas emergenciais, muitas vezes violando as leis locais e sociais, foram tomadas para lidar com a questão
O discurso foi recebido e aceito pela audiência	
O agente securitizador possuía as condições necessárias para o movimento de securitização	

Fonte: Autores (2023)

Sendo assim, observa-se que a folha de coca foi um produto securitizado, pois, como citado anteriormente, cumpriu todos os quesitos demandados pelo processo de securitização.

O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DA FOLHA DE COCA

O UNODC foi fundado em 1997, com o intuito de ser o líder global na luta contra as drogas ilícitas e o crime internacional. O UNODC mantém uma rede de 21 escritórios nacionais e regionais distribuídos pelo mundo, com mais de 150 países. Estes escritórios colaboram diretamente com governos e organizações não-governamentais. Os profissionais que atuam localmente concebem e executam programas de controle de drogas e de prevenção da criminalidade, customizados para atender as necessidades próprias dos países (UNODC, 2023).

Além disso, o Escritório possui três principais pontos no que concerne ao seu trabalho, sendo esses:

> 1. Investigação e trabalho analítico, para aumentar o conhecimento e a compreensão das questões relacionadas com a droga e a criminalidade e expandir a base de informações para a tomada de decisões políticas e operacio-

ISSN 2357-7975

nais;

2. Trabalho normativo, para prestar assistência aos Estados na ratificação e implementação de tratados internacionais, no desenvolvimento de legislação nacional sobre drogas ilícitas e crime, também para fornecer serviços de secretariado e substantivos a órgãos criados sob os órgãos diretivos já foi tratado;

3. Projetos de cooperação técnica no terreno para melhorar a capacidade dos Estados membros para combater os problemas colocados pelas drogas ilícitas, pelo crime e pelo terrorismo.

No que diz respeito à atuação da UNODC na Bolívia, observa-se que ocorre a presença através de um programa de cooperação técnica. O projeto teve início no apoio a busca de uma solução para o cultivo de coca para produção de cocaína, e acabou impulsionando o desenvolvimento sustentável, principalmente nas regiões Yungas de La Paz como nos Trópicos de Cochabamba.

Além disso, a partir de 2007, o Escritório das Nações Unidas ampliou sua atuação no Estado da Bolívia, trabalhando em outras questões do território. Questões essas que influenciam nas dinâmicas do país, como por exemplo o combate à corrupção. Sendo assim o país pode ter uma melhor investigação e a ação judicial em casos de criminalidade organizada e crimes conexos, como o tráfico de seres humanos e o tráfico ilícito de armas (UNODC, 2023).

Em suma, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime desempenha um papel influente na condução de investigações, análises e elaboração de relatórios sobre uma diversos tipos de tópicos, que abarcam o tráfico de substâncias ilícitas, atividades de organizações criminosas, manifestações de corrupção e outras áreas de sua especialização.

Sendo assim, estes documentos, invariavelmente, possuem status de referência no escopo da compreensão desses fenômenos em uma escala internacional, sendo utilizados por estudiosos e profissionais no campo da segurança internacional, bem como por organismos governamentais e não-governamentais em níveis diversos de atuação.

A ONU é um agente securitizador da folha de coca. Esse fato é observado quando tem-se as diversas medidas emergenciais predispostas pela Organização, que extrapolam as leis locais e sociais dos países originários do arbusto. Tendo isso em consideração, a presente seção tem o intuito de correlacionar as ações da Organização com a folha de coca.

Dessa maneira, em 1961, ocorreu em Nova Iorque, a Conferência realizada pelo ECOSOC sobre drogas narcóticas, com a presença de noventa e sete Estados. Nesta reunião, alguns pontos evidenciam o movimento de securitização, como por exemplo:

ISSN 2357-7975

> "Lembrando que o Preâmbulo da Convenção Única sobre Estupefacientes, 1961, afirma que as partes da Convenção estão "preocupadas com a saúde e o bem-estar da humanidade" e estão "conscientes do seu dever de prevenir e combater" o mal da toxicodependência, considerando que os debates na Conferência demonstraram a vontade de tomar medidas eficazes para prevenir a dependência de drogas" (ONU, 1961, p. 12)

Esses pontos são demarcados pelo discurso, onde observa-se palavras como "prevenir"; "combater"; "medidas eficazes". É possível enxergar também no Artigo 26 da Convenção, que versa sobre a regulamentação do cultivo e controle da coca, estipulando que, caso um país permita o cultivo desta planta, deve implementar um sistema de supervisão análogo ao previsto para o ópio no Artigo 23.[2]

Já o Artigo 27[3] oferece disposições adicionais que dizem respeito às folhas de coca, autorizando os países a consentir na utilização destas para a elaboração de um agente aromatizante isento de alcaloides. Ademais, os Estados são obrigados a prover estimativas e dados estatísticos distintos em relação às folhas de coca destinadas à confecção do referido agente.

Outrossim, o texto da reunião também prescreve, no artigo 26, que os países devem erradicar toda e qualquer planta de coca que cresça de maneira espontânea e eliminar as plantações de coca cultivadas em desacordo com a legislação vigente.[4] Ou seja, demonstrando, mais uma vez, a preocupação referente à planta no que concerne à segurança.

Sendo assim, a securitização da folha de coca pela ONU refere-se ao processo pelo qual a Organização passou a encarar a produção e o comércio da folha de coca como uma questão de segurança internacional, principalmente devido às preocupações associadas à produção ilegal de cocaína.

Essa securitização implica em transformar um assunto em uma questão de segurança, o que implica em uma abordagem mais rigorosa e, por vezes, militarizada para lidar com o problema. No caso da folha de coca, esse enfoque foi influenciado pela crescente inquietação global a respeito do tráfico de drogas ilícitas, em especial a produção e distribuição de cocaína.

A ONU adotou diversos tratados e convenções internacionais com o objetivo de controlar a produção e o comércio de drogas ilícitas, incluindo a cocaína. O tratado mais significativo para a securitização da folha de coca é a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961.

ISSN 2357-7975

AMAZÔNIA BOLIVIANA E A FOLHA DE COCA

De acordo com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA, 2023), "tudo que se relaciona à Amazônia é imenso, grande, desafiante e muitas vezes imensurável". Dito isso, percebe-se que para trabalhar a favor da região, é importante ter um entendimento profundo das suas particularidades e características distintas.

Ademais, a região possui uma grande variedade de espécies de flora e de fauna, o que permite que marcos mundiais de diversidade biológica sejam atingidos na floresta. Além disso, ela é também uma importante área de endemismos[5], o que a torna uma reserva genética de importância internacional para o desenvolvimento da sociedade e do ser humano (OTCA, 2023).

A Organização do Tratado Cooperacional disponibiliza alguns dados que comprovam que, a região amazônica em si, é uma reserva hídrica (mundial e nacional), além de regular o clima do globo, através da absorção do gás carbônico e dos processos de evapotranspiração. Além disso, a região abriga 48 milhões de habitantes, com 400 povos indígenas com mais de trezentos idiomas regionais (OTCA, 2023).

Com isso, percebe-se que a Amazônia possui uma relevância fundamental não apenas para a diversidade biológica mundial, mas também para a estabilização do clima, a promoção da sustentabilidade ambiental, a preservação das tradições culturais e o fomento das economias locais e globais. A conservação e o manejo responsável desse ecossistema representam uma prioridade de interesse incontestável para todos.

Sendo assim, o bioma é encontrado dentro de nove países, sendo estes: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela, como se pode observar através do mapa abaixo na Figura 3.

Figura 3 — Bioma da Amazônia inserido nos países que faz parte

Fonte: RAISG (2020)

Nesse sentido observa-se que, na Bolívia, a parte amazônica se refere a cerca de 44% de seu território nacional, conforme Quadro 3.

ISSN 2357-7975

Quadro 3 — Porcentagem da região amazônica por país

País	% da Amazônia por território nacional
Bolívia	44%
Brasil	49%
Colômbia	43%
Equador	42%
Guiana	98%
Guiana Francesa	96,5%
Peru	61%
Suriname	90,1%
Venezuela	51%

Fonte: RAISG (2020)

Portanto, é correto afirmar que o território amazônico na Bolívia ocupa quase metade de seu território, sendo uma região de grande importância para o país e para a população. Isso se dá ao fato que existem diversas comunidades indígenas que possuem uma ligação intensa com a floresta e, além disso, necessitam dela para sua sobrevivência.

Desde 2003, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime emite, anualmente, um relatório do monitoramento da coca na região boliviana. Na presente pesquisa, mais especificamente, há um recorte de enfoque apenas na região da parte do país que abrange a Amazônia. Se faz necessário, portanto, conhecer como a Bolívia divide seu território.

Departamentos são subdivisões de territórios, como setores, por exemplo. Cada um desses departamentos, está dividido em províncias, que são as divisões territoriais ou administrativas; já os municípios se encontram dentro dos limites das províncias. Por fim, cantões são territórios não organizados, de menores dimensões, onde vivem muitas comunidades.

Nesse sentido, o departamento estudado é o de Cochabamba, especificamente na região do trópico, onde está inserida a planície Amazônica. Para o recorte temporal de análise, serão utilizados os anos de 2011 e 2021, para analisar as mudanças - e os critérios utilizados nessas mudanças - dos cultivos.

De acordo com o UNODC, a região do Trópico de Cochabamba tem uma superfície gradualmente inclinada e é atravessada por rios, situando-se a altitudes que variam de 300 a 2.500 metros acima do nível do mar. Já no que concerne à produção de coca, ela ocorre em uma faixa com diferenças de níveis na superfície, compreendida entre 300 e 1.000 metros.

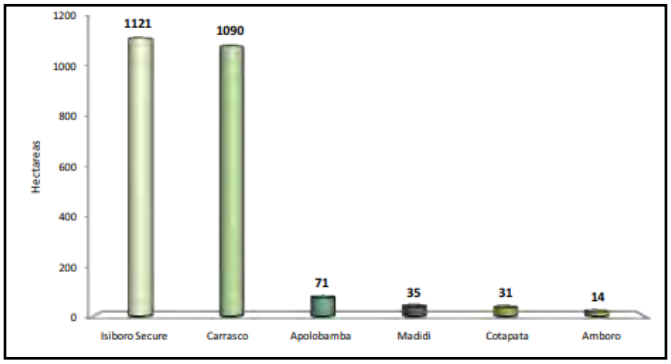
Outrossim, essa área é classificada como subtropical úmida e tem sido alvo de programas de desenvolvimento alternativo, visando à diversificação da produção agrícola. Estes programas incentivaram o cultivo de diversas espécies, tais co-

ISSN 2357-7975

mo banana, citros, abacaxi, palmito, maracujá, pimenta e pastagens, alcançando, em alguns casos, níveis de produção industrial (UNODC, 2011).

Na Bolívia existem 22 áreas protegidas que representam cerca de 16% de seu território, e no que diz respeito ao cultivo da coca, a região do Trópico (Isiboro Sécure, Carrasco e Amboro) é a região protegida que mais cultiva a coca, como pode-se observar na Figura 4.

Figura 4 — Distribuição do cultivo de coca em áreas protegidas no ano de 2011



Fonte: Bolivia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC (2011)

No mais, a região de monitoramento do Trópico de Cochabamba cobre, aproximadamente, uma área de 7.000 km², onde o controle do cultivo da coca é complexo devido à sua grande extensão e ao dinamismo das províncias.

Em seu relatório, o Escritório das Nações Unidas revela que existe uma racionalização da folha de coca, em decorrência do seu relacionamento com a cocaína. Esse fato fez com que a coca e seu controle de cultivo/produção se tornassem parte do escopo de políticas públicas do Estado da Bolívia. Essa política se baseia na consulta e no diálogo com os produtores de coca e possui duas vertentes, sendo estas: i) a racionalização das cultivos contemplando a participação ou acordo voluntário dos produtores com a política do governo para a redução da área cultivada; e ii) a erradicação, que é realizada em parques nacionais e em áreas onde o cultivo de folhas de coca não é permitido (UNODC, 2011).

Quadro 4 — Racionalização/erradicação dos cultivos de coca na Bolívia por hectare (2011)

Região	2011
Trópico de Cochabamba	8.012
Yungas de La Paz	2.003
Yapacani	420
San Borja	74
Total:	10.509

Fonte: Autores (2023)

Desse modo, tem-se que, na Bolívia, no ano de 2011, através da política implantada pelo governo, houve uma racionalização/erradicação de 10.509 hectares de cultivo de coca. O UNODC ainda revela que essa medida é exclusivamente manual e com elevado uso do esforço humano, ou seja, não é utilizada nenhuma substância ou método químico. No mais, percebe-se, ainda, que na região do Trópico de Cochabamba, demonstrado anteriormente como um dos maiores locais de cultivo, também teve maior impacto com a política.

Nesse sentido, o processo do cultivo, da secagem e do empacotamento para distribuição pode ser observado nas figuras 5, 6 e 7.

ISSN 2357-7975

Figura 5 — Exemplo de cato[6] de coca na região do Trópico

Fonte: Bolivia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC (2011)

Figura 6 — Processo de secagem das folhas de coca

Fonte: Bolivia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC (2011)

Figura 7 — Processo de empacotamento para comercialização

Fonte: Bolivia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC (2011)

Como se pode analisar, de acordo com as imagens, uma área de plantação na região do Trópico de Cochabamba, consiste basicamente em quadrados de 40 x 40 metros, totalizando 1.600 metros quadrados. Nestas áreas, é comum encontrar plantações de coca intercaladas com outros cultivos. Ainda, na região, as folhas de coca são frequentemente secas ao sol em pedaços de plástico estendidos sobre o solo, e essa prática é observada em estradas, campos esportivos e pátios das comunidades locais.

Após a secagem, as folhas de coca são embaladas em sacos de juta para seu transporte e comercialização. Estima-se, de acordo com o Escritório das Nações Unidas, que no um hectare de cultivo de coca produz 2.764 quilogramas de folha de coca seca ao sol em um período de um ano. Sendo assim, com esse fator de rendimento, estima-se que a produção potencial de cultivo de coca na região seja de 23.600 toneladas (UNODC, 2011).

No que concerne aos preços de comercialização da coca em mercados autorizados, a *Dirección de Comercialización e Industrialización de hoja de Coca* (DIGCOIN) elaborou uma tabela que mostra os valores em dólar (USD) e em bolivianos (Bs), como observa-se na Tabela 1.

ISSN 2357-7975

Tabela 1 — Preços mensais da folha de coca nos mercados autorizados (2011)

Mes	Mercado de Sacaba (Cochabamba)		Mercado de Villa Fátima (La Paz)		Promedio Ponderado para el país	
	Bs/kg	Cantidad comercializada (tm)	Bs/kg	Cantidad comercializada (tm)	Bs/kg	USD/kg
Enero	45	164	45	1.462	45	6,4
Febrero	46	138	53	1.309	52	7,4
Marzo	44	162	62	1.497	60	8,6
Abril	46	146	49	1.445	48	6,9
Mayo	50	155	49	1.464	49	7,0
Junio	50	113	60	1.433	59	8,5
Julio	50	144	62	1.365	61	8,7
Agosto	54	157	65	1.194	64	9,1
Septiembre	55	155	68	1.307	67	9,6
Octubre	54	121	61	1.418	61	8,7
Noviembre	44	121	49	1.380	48	6,9
Diciembre	40	130	44	1.442	44	6,3
Promedio	**48**	**-**	**55**	**-**	**55**	**7,8**
Total	**-**	**1.704**	**-**	**16.715**	**-**	**-**

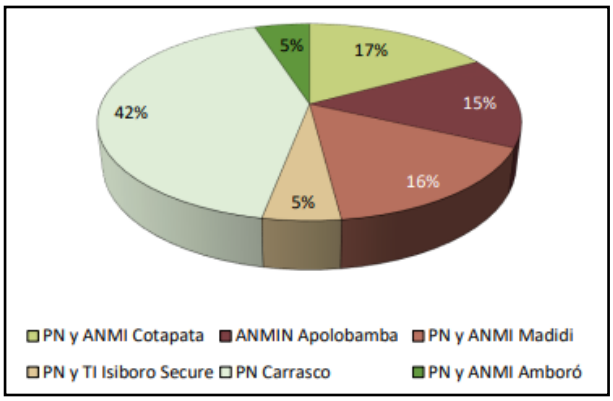
Fonte: DIGCOIN, UNODC (2011)

Sendo assim, o valor total estimado da produção de folha de coca na Bolívia representa 1,5% do PIB do país, que em 2011 atingiu USD 23,9 bilhões, equivalente a 15,3% do valor do PIB do setor agrícola, o qual corresponde a USD 2,3 bilhões. A produção de folha de coca desempenha um papel significativo na economia boliviana e possui uma importância considerável nas regiões produtoras de coca no país (UNODC, 2011).

No ano de 2021, dentre as áreas protegidas da Bolívia, percebe-se que os territórios do Trópico de Cochabamba, Isiboro Sécure, Carrasco e Amboro, ainda estão entre os maiores cultivadores. Essa informação se confirma com a análise da Figura 8.

Ou seja, o Parque Nacional Carrasco abriga 42% dos cultivos de coca em Áreas Protegidas (190 hectares), seguido pelo Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado Cocapata, com 17% (78 hectares), o Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado Madidi, com 16% (69 hectares), a Área Natural de Manejo Integrado Nacional Apolobamba, com 15% (69 hectares), o Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado Amboró, com 5% (24 hectares), e por último, o Parque Nacional e Território Indígena Isiboro Sécure, com 5% (22 hectares) (UNODC, 2021).

Figura 8 — Percentual de distribuição em áreas protegidas no ano de 2021



Fonte: Bolivia Monitoreo de Cultivo de Coca, UNODC (2021)

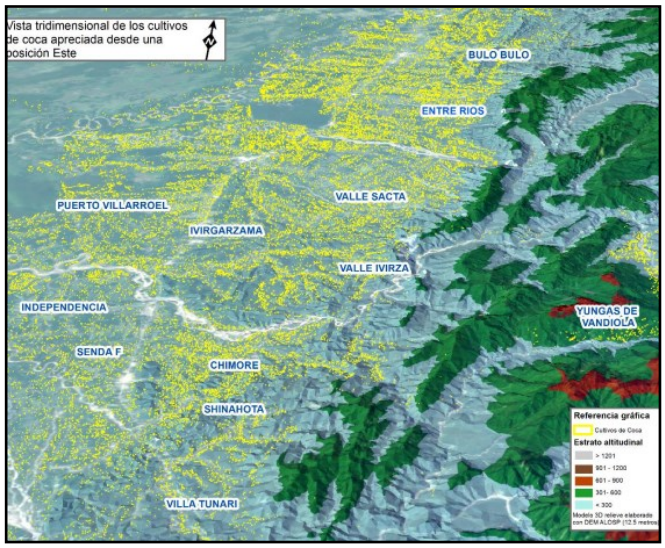
No mais, em 2021, a área monitorada na região do Trópico cobre cerca de 13 municípios, 6

ISSN 2357-7975

províncias em 3 departamentos distribuídos da seguinte forma: parte do Município de Villa Tunari da Província de Chapare, parte dos municípios de Tiraque e Shinahota da Província de Tiraque, parte dos municípios de Chimoré, Puerto Villarroel, Entre Ríos, Pojo e Totora da Província de Carrasco e parte do Município de Cocapata da Província de Ayopaya do Departamento de Cochabamba.

Já no Departamento de Beni, a região abrange parte do Município de San Ignacio da Província Moxos, o Município de Loreto da Província Marbán e no Departamento de Santa Cruz abrange parte dos municípios de Yapacaní, San Carlos e Buena Vista da Província de Ichilo. Os Parques Nacionais Isiboro Sécure ao Noroeste, Carrasco ao Sul e Amboró ao Sudeste também estão localizados na área de monitoramento, que é melhor visualizada com o auxílio do mapa, conforme mostra Figura 9.

Figura 9 — Modelo digital com estratificação das lavouras de coca na região



Fonte: UNODC (2021)

Todavia, como informado anteriormente, a Lei 906 faz uma diferenciação entre as zonas autorizadas e não autorizadas. Sendo assim, em consonância com o UNODC (2021) a superfície foi estabelecida em 22.000 hectares de cultivo de coca, em áreas de produção de coca autorizadas e definidas pelo Estado, de acordo com a regulamentação vigente. No ano de 2021, o resultado da política boliviana pode ser observado com o Quadro 5.

Quadro 5 — Racionalização/erradicação dos cultivos de coca na Bolívia por hectare em 2021

Região	2021
Trópico de Cochabamba	4.576
Yungas de La Paz	1.922
Outras regiões	2.960
Total:	9.458

Fonte: UNODC (2021)

De acordo com o quadro 5, no ano de 2021 o Estado Plurinacional da Bolívia relatou uma superfície total de Áreas de Regulamentação Especial de 9.458 hectares em nível nacional. Desses, 4.576 hectares correspondem ao Trópico de Cochabamba, 1.922 hectares às Yungas de La Paz e 2.960 hectares aos departamentos de Santa Cruz e Beni (UNODC, 2021).

Ademais, no país existem áreas de comercialização autorizadas, onde o preço da coca varia mensalmente, de acordo com a Tabela 2.

ISSN 2357-7975

Tabela 2 — Preços mensais da folha de coca nos mercados autorizados em 2021

Mes	Mercado de ADEPCOCA		Mercado de Sacaba		Comercialización 2021 (tm)	Promedio anual ponderado*	
	Bs./kg	USD/kg	Bs./kg	USD/kg		Bs./kg	USD/kg
Enero	66	9,48	44	6,32	1.819	64	9,1
Febrero	59	8,48	46	6,61	1.926	58	8,3
Marzo	76	10,92	46	6,61	2.111	73	10,5
Abril	76	10,92	41	5,89	2.068	73	10,4
Mayo	68	9,77	40	5,75	2.078	65	9,3
Junio	71	10,20	42	6,03	1.954	69	9,9
Julio	79	11,35	44	6,32	1.960	75	10,7
Agosto	88	12,64	46	6,61	1.861	84	12,1
Septiembre	78	11,21	46	6,61	1.928	74	10,6
Octubre	69	9,91	40	5,75	2.148	65	9,4
Noviembre	43	6,18	31	4,45	2.065	42	6,0
Diciembre	57	8,19	22	3,16	1.977	53	7,7
Promedio anual	**69**	**9,94**	**41**	**5,84**	**-**	**66**	**9,5**

Fonte: DIGCOIN, UNODC (2021)

Portanto, em consonância com o relatório acima, percebe-se que foi durante o mês de outubro de 2021 que a folha de coca foi mais comercializada. Além disso, de acordo com o Escritório das Nações Unidas, a relação entre a produção estimada de folha de coca (limite inferior e superior) e o seu valor na economia do país, é de que: o limite inferior é de USD 352 milhões e o limite superior é de USD 431 milhões, o que representa 0,9% e 1,1% do PIB do país respectivamente (USD 40.117 milhões)[7] (UNODC, 2021).

Sendo assim, no que diz respeito à racionalização/erradicação da folha de coca, no Trópico de Cochabamba, região que faz parte da Amazônia boliviana, houve uma diminuição na quantidade de hectares racionalizados, como o Quadro 6 mostra.

Ou seja, houve uma diminuição de 3.436 hectares na racionalização/erradicação da folha de coca, impulsionada pela Lei 906 que rege o cultivo da coca na Bolívia.

Quadro 6 — Comparativo de hectares R/E

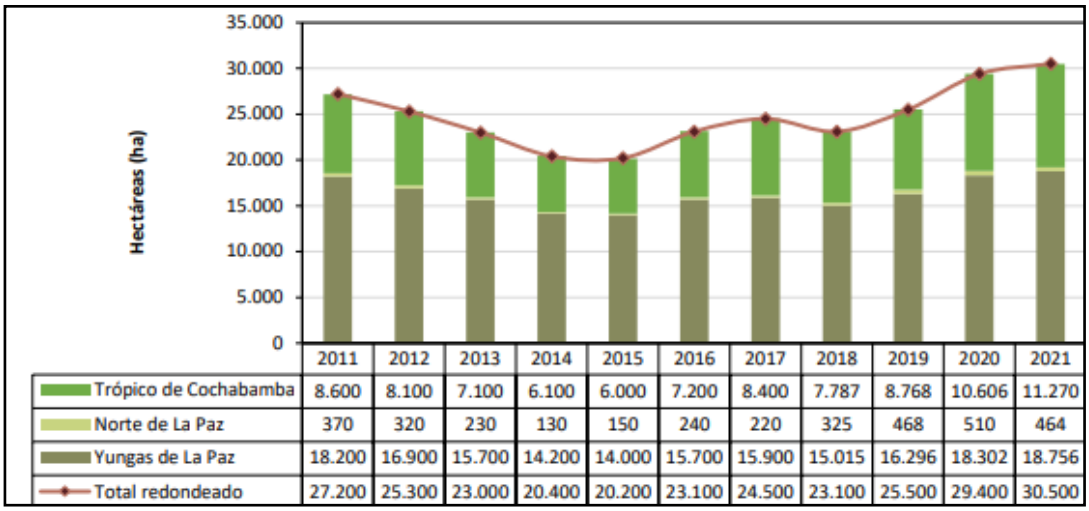
Região	2011	2021
Trópico de Cochabamba	8.012	4.576

Fonte: Autores (2023)

É válido, também, destacar que na região do Trópico de Cochabamba, a partir de 2011, registrou uma diminuição em sua superfície por cinco anos seguidos, onde atingiu 6.000 hectares. Este foi o valor mais baixo relatado para este período. Já entre 2016 e 2017, a região voltou a reportar aumentos na sua superfície atingindo 8.400 hectares, número que foi novamente reduzido em 2018 para 7.787 hectares. Este número voltou a aumentar nos últimos anos, atingindo uma área total de 11.270 hectares em 2021. Isso pode ser melhor observado com a Figura 10.

ISSN 2357-7975

Figura 10 — Cultivos de coca por hectare, de 2011 à 2021



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Trópico de Cochabamba	8.600	8.100	7.100	6.100	6.000	7.200	8.400	7.787	8.768	10.606	11.270
Norte de La Paz	370	320	230	130	150	240	220	325	468	510	464
Yungas de La Paz	18.200	16.900	15.700	14.200	14.000	15.700	15.900	15.015	16.296	18.302	18.756
Total redondeado	27.200	25.300	23.000	20.400	20.200	23.100	24.500	23.100	25.500	29.400	30.500

Fonte: UNODC (2021)

Dito isso, em sequência, nas áreas protegidas, o Trópico de Cochabamba ainda se mantém como o principal local de plantações, possuindo a maior parte do território protegido a ter cultivos em sua repartição. Por fim, no que concerne à precificação, percebe-se um aumento considerável tanto na moeda boliviana (Bs) quanto em dólar estadunidense (USD), no decorrer dos meses, entre 2011 e 2021.

Durante o ano de 2011, a coca, na moeda boliviana, não passou da margem de 45 a 67 Bs/kg. Ainda em 2011, o quantitativo USD/kg não passou de 6,3 a 9,6. Já no ano de 2021, percebe - se uma maior variação, ainda nas mesmas moedas: o boliviano ficou na margem de 42 a 84 Bs/kg de coca e o dólar estadunidense de 6,0 a 12,1 USD/kg. Logo, enxerga-se esse aumento na variação do quilo da coca durante os anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, as temáticas acerca dos Estudos de Segurança Internacional e a contribuição da Escola de Copenhague para essa área permitem que o trabalho seja bem compreendido. Quando a teoria da securitização é posta para análise, se faz permissivo o entendimento de como certos assuntos são elevados ao status de questões de segurança, o que resulta na implementação de medidas de emergência para lidar com essas ameaças.

Além disso, demonstra-se no decorrer da pesquisa que o conceito fundamental associado à segurança internacional, à luz da teoria da securitização, é o de ameaça. Dentro dessa lógica, só há segurança quando há a ausência de uma ameaça, entretanto, o sentimento de ameaça é relativo e, conforme demonstrado no trabalho, os fatores

ISSN 2357-7975

que ameaçam algo ou alguém também são. Logo, foi apresentado um enquadramento teórico ao abordar o conceito de securitização e suas ramificações.

Sendo assim, enfatiza-se a necessidade de compreender como determinadas questões são moldadas como ameaças à segurança por meio da linguagem utilizada nos discursos, neste caso, da ONU e UNODC. Com isso, a aplicação do caso da folha de coca neste viés de Buzan, Weaver e Wilde foi possível, apresentando como o processo de sua securitização ocorreu desde 1961. Se faz necessário ressaltar, também, que seu relacionamento com a cocaína, que é um poderoso alcaloide psicoativo, foi o grande precursor do seu posto como ameaça internacional, corroborando para o sucesso do processo securitizador.

Isso é observado ao encaixar o quadro proposto por Williams *et. al.* (2018), onde percebe-se o contexto externo (fomentação de regulamentações acerca da cocaína como droga), o movimento de securitização (os discursos acerca do assunto) e a aceitação da audiência, que finaliza o processo de maneira bem sucedida.

Nesse sentido, é analisado no trabalho a Conferência sobre Drogas Narcóticas, promovida inicialmente pela ECOSOC, onde a visualização da coca como uma ameaça se tornou efetiva, através de seus artigos citados na pesquisa. Portanto, é dentro desse contexto que a securitização da folha de coca pela ONU acontece. A Organização considerou a produção e o comércio dela como uma questão de segurança internacional, especialmente no que diz respeito ao tráfico de drogas ilegais, como por exemplo a cocaína. Ou seja, como resultado, esse movimento de securitização conduziu à implementação de tratados e convenções internacionais direcionados ao controle da produção e comércio de substâncias entorpecentes ilícitas.

Sendo assim, como resposta à pergunta de partida, percebe-se que a organização tem adotado uma abordagem mais ampla e integrada para lidar com o problema do cultivo de coca na região, incluindo medidas de desenvolvimento sustentável e de fortalecimento das comunidades locais.

Através dos relatórios anuais emitidos pela organização, é possível acompanhar a evolução do cultivo e comércio da coca na região, pois fornece dados e informações que contribuem para uma compreensão mais precisa da realidade boliviana. Assim, o monitoramento realizado pelo UNODC permite a identificação das áreas de plantio de coca, bem como a quantidade de hectares cultivados e as tendências de produção ao longo de 2011 a 2021. Essas informações são essenciais para uma abordagem baseada em evidências na formulação de políticas públicas relacionadas à folha de coca.

Ainda, os relatórios do UNODC também contribuem para desmistificar a folha de coca como uma ameaça à segurança internacional, pois

ISSN 2357-7975

fornecem informações detalhadas sobre o cultivo e comércio da planta. Esse fato demonstra que a folha de coca desempenha um papel importante na subsistência das comunidades locais, sendo utilizada para fins tradicionais, medicinais e alimentares.

Portanto, o monitoramento da folha de coca pelo UNODC interfere no processo de dessecuritização, pois fornece dados e informações que desconstroem a narrativa de que a planta é uma ameaça global. Logo, essa fiscalização realizada pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime desempenha um papel visível na dessecuritização da folha de coca na Amazônia boliviana.

Um dos pontos dos pontos desenvolvidos pelas entidades é encontrar soluções que não envolvam a criminalização das comunidades locais que dependem dessa atividade para subsistência. Ao invés disso, busca-se abordar o problema de forma a equilibrar a redução dos impactos negativos com o suporte e desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

Por fim, considera-se ainda que por mais que existam essas determinações sobre a coca, bem como diversos projetos, artigos e leis que a regem demonstrando de certa forma desmistificá-la, ainda não é efetivo o seu processo de dessecuritização. Ou seja, ainda há muito que ser combatido no que concerne ao tráfico de drogas, principalmente no complexo regional da América do Sul quando o assunto é a cocaína. Da folha, se faz a pasta base desse insumo prejudicial ao ser humano e regador do narcotráfico. A luta dos povos originários para manter sua cultura e sua identidade é sempre presente.

REFERÊNCIAS

ANTONIL. **Mama Coca**. Londres, England: Knockabout, 1978.

BAHLS, F. C.; BAHLS, S.C. “Cocaína: origens, passado e presente”. **Interação em Psicologia**, vol. 6, n. 2, 2002.

BALZACQ, T. *et al.* “The ‘Essence’ of securitization: Theory, ideal type, and a sociological science of security”. **International Relations**, vol. 29, n.1, march, 2015.

BARRETO, I. F. “O uso da folha de coca em comunidades tradicionais: perspectivas em saúde, sociedade e cultura”. **História, ciências, saúde,** vol. 20, n. 2, abril-junho, 2013.

BOLÍVIA. **Monitoreo de Cultivos de Coca 2011**. La Paz, Estado Plurinacional de Bolivia, 2012. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Bolivia/Bolivia_coca_survey_spanish_2012_web.pdf. Acesso em: 03/11/2023.

ISSN 2357-7975

BOLÍVIA. **Monitoreo de Cultivos de Coca 2021.** La Paz, Estado Plurinacional de Bolivia, 2022. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Bolivia/Bolivia_Monitoreo_de_cultivos_de_coca_2021.pdf. Acesso em: 03/11/2023.

BUZAN B.; HANSEN, L. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

COSKUN, B. B. "Analysing desecuritisations: prospects and problems for Israeli–Palestinian reconciliation". **Global Change, Peace & Security**, vol. 20, n. 3, december 2008.

COSTA, C. "Amazônia: O que ameaça a floresta em cada um de seus 9 países?". **BBC** [18/02/2020] 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232#:~:text=Juntamente%20com%20a%20mineração%2C%20a,%2C%20território%20ultramarino%20da%20França). Acesso em: 28/10/2023.

DUQUE, M. G. "O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional". **Contexto Internacional**, vol. 31, n. 3, dezembro, 2009.

FRANCOVICH, G. **Os mitos profundos da Bolívia**. Brasília: FUNAG, 2005.

FREEDMAN, L. "International Security: Changing Targets". **Foreign Policy**, n.110, spring, 1998.

GARCÍA, A. "La coca en la colonia: cultura, negocio y satanismo". **Revista de Filosofía**, vol. 24, n. 52, enero, 2006.

GILBERT, M. **A Segunda Guerra Mundial**. Alfragide: Dom Quixote, 1989.

GOLD, M. S. **Cocaine**. New York: Plenum Medical Book Company, 1993.

GONZÁLEZ-MARÍN, L. L. **De-securitization of coca plantation in Colombia in a 'war on drugs' context**: a possibility opened by peace negotiations with a former enemy (Master of Science in Development Studies). Lund: Lund University, 2017.

GOOTENBERG, P. **Entre la coca y la cocaína: Un Siglo o Más de las Paradojas de la Droga entre Estados Unidos y el Perú, 1860-1980.** Lima: IEP, 2003.

ISSN 357-7975

GOOTENBERG, P. **La invención de la cocaína: la historia olvidada de Alfredo Bignon y la ciencia nacional peruana (1884-1890).** Lima: IEP, 2010.

GUZZINI, S. JUNG, D. **Contemporay Securituty Analysis and Copenhagen Peace Research.** London: Routledge, 2004.

MESQUITA, M. **O Prelúdio à Tempestade: a política externa dos Estados Unidos e o movimento de securitização na Guerra do Golfo (1990-1991).** (Tese de Doutorado em Ciência Política), Recife: UFPE, 2022.

MOTTA, B. V. "Securitização" *in* Saint-Pierre, H.L.; Vitelli, M.G. (Org.) **Dicionário de Segurança e Defesa.** São Paulo: Editora UNESP, 2018.

OELSNER, A. "(De)Securitisation Theory and Regional Peace: Some Theoretical Reflections and a Case Study on the Way to Stable Peace". **European University Institute**, n. 27, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Single Convention on Narcotic Drugs**. New York: ECOSOC, 1961. Disponível em: https://www.unodc.org/pdf/convention_1961_en.pdf. Acesso em: 03/10/2023.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas**, São Francisco: 1945. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. "A Amazônia". **OCTA**. Disponível em: http://otca.org/pt/a-amazonia/. Acesso em: 30 out. 2023.

PINTO, V. C. **Métodos de Pesquisa em Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023.

SILVA, M. B. *et. al*, "A Evolução do Conceito de Segurança e sua Inserção nas Relações Internacionais". **Anais do 10º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa.** São Paulo: USP, 2018.

SUDO, J. **Determinação de cocaína e seus adulterantes empregando Cromatografia Gasosa acoplada à Espectrometria de Massas.** (Dissertação de Mestrado em Química). Uberlândia, UFU, 2020.

TAUSSIG, M. **Mi Museo de la Cocaína**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2013.

WAISBARD, S. **Machu Picchu: cidade perdida dos incas**. São Paulo: Hemus, 1974.

ISSN 2357-7975

WILLIAMS, P. D. MCDONALD, M. **Security Studies: An Introduction**. London: Routledge, 2018.

NOTAS

[1]"O resultado desse processo foi não somente uma radical mudança estrutural com fundo econômico e político no Peru, mas, sobretudo, a consequente estigmatização da folha de coca e do seu uso tradicional, que se reflete até os dias atuais." (BARRETO, 2013 p. 631).

[2]A Party that permits the cultivation of the opium poppy for the production of opium shall establish, if it has not already done so, and maintain, one or more government agencies (hereafter in this article referred to as the Agency) to carry out the functions required under this article. The governmental functions referred to in paragraph 2 shall be discharged by a single government agency if the constitution of the Party concerned permits it" (ONU, 1961).

[3]"The Parties may permit the use of coca leaves for the preparation of a flavouring agent, which shall not contain any alkaloids, and, to the extent necessary for such use, may permit the production, import, export, trade in and possession of such leaves. 2. The Parties shall furnish separately estimates (article 19) and statistical information (article 20) in respect of coca leaves for preparation of the flavouring agent, except to the extent that the same coca leaves are used for the extraction of alkaloids and the flavouring agent, and so explained in the estimates and statistical information" (ONU, 1961).

[4]"The Parties shall so far as possible enforce the uprooting of all coca bushes which grow wild. They shall destroy the coca bushes if illegally cultivated" (ONU, 1961).

[5]"As espécies de plantas e animais não estão distribuídas sobre a Terra de forma aleatória. Elas vivem nos lugares com condições físicas adequadas para a sua sobrevivência e reprodução, onde elas se adaptaram e co-evoluíram com outros organismos e o componente abiótico em complexas relações ecológicas" (Da Silva, Márcio. Revista da Biologia, USP, Vol. Esp. Biogeografia: 12-17, 2011).

[6]O Artigo 4º do Capítulo I do Regulamento da Lei Geral da Coca (D.S. 3318) define o "cato" de coca como a área cultivada de coca que se adapta às características de cada região. Nas Yungas de La Paz, um "cato" de coca equivale a 2.500 metros quadrados, enquanto no Trópico de Cochabamba, um "cato" de coca equivale a 1.600 metros quadrados (UNODC, 2021).

ISSN 2357-7975

[7]Por via de comparação, o PIB do setor agrícola é de USD 5.184 milhões (UNODC, 2021).

ISSN 2357-7975